



Número: **0802201-85.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **22/03/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
TERESINHA BORGES DO NASCIMENTO (AUTOR)		THAYSE CAROLINE SALES FERNANDES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18767432	22/01/2019 22:10	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
18767452	22/01/2019 22:10	<a href="#">Ação DPVAT Josué</a>	Outros Documentos
18767458	22/01/2019 22:10	<a href="#">Procuração e declaração de hipossuficiência</a>	Procuração
18767462	22/01/2019 22:10	<a href="#">IDENTIDADE</a>	Documento de Identificação
18767465	22/01/2019 22:10	<a href="#">Comprovante de residencia</a>	Documento de Identificação
18767470	22/01/2019 22:10	<a href="#">CERTIDÃO DE CASAMENTO</a>	Documento de Comprovação
18767475	22/01/2019 22:10	<a href="#">CERTIDÃO DE ÓBITO</a>	Documento de Comprovação
18767480	22/01/2019 22:10	<a href="#">CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA</a>	Documento de Comprovação
18767487	22/01/2019 22:10	<a href="#">DECLARAÇÃO DO SAMU</a>	Documento de Comprovação
18767522	22/01/2019 22:10	<a href="#">LAUDO CADAVERÍCO</a>	Documento de Comprovação
18767528	22/01/2019 22:10	<a href="#">LAUDO MÉDICO</a>	Documento de Comprovação
18767537	22/01/2019 22:10	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
19633698	07/03/2019 18:03	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
21560135	04/06/2019 14:16	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
30107542	23/04/2020 17:22	<a href="#">Sentença</a>	Sentença

Segue em anexo, petição inicial e demais documentos.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_\_ VARA CÍVEL DA  
COMARCA DA CAPITAL, ESTADO DA PARAÍBA.**

*Prioridade de Tramitação – Pessoa Idosa*

**TERESINHA DO NASCIMENTO BEZERRA**, brasileira, viúva, do lar, portadora do CPF nº 281.583.774-91, cédula de Identidade RG nº 720.782 – SEDS/PB, domiciliada na Rua General Pedro Gonçalves de Medeiros, 269, Bairro dos Novais, nesta capital, por sua bastante procuradora e advogada “in fine” assinado, legalmente constituída na forma definida pela procuração *Ad judícia*, em anexo, com endereço profissional na Rua Antônio Alves Bezerra, 70 – apt. 205, Bairro do Geisel, João Pessoa-PB, onde recebe citações e intimações, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº 6.194/74, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, representada pela **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, companhia de seguros participante do Consórcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre - DPVAT, localizada na Avenida Eptácio Pessoa, 475, Sala 101, Bairro dos Estados, nesta cidade de João Pessoa, telefone (83)3244-7001, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

**DA PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO**

Conforme documentos pessoais da autora anexados à inicial, esta conta hoje com idade superior a 60 anos, fazendo, por isso, jus ao benefício da prioridade na tramitação de procedimentos judiciais, nos termos do art. 1.048 do Código de Processo Civil e art. 71 do Estatuto do Idoso.



***Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015)***

***Art. 1.048.*** *Terão prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal, os procedimentos judiciais:*

***I – em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos ou portadora de doença grave, assim compreendida qualquer das enumeradas no art. 6o, inciso XIV, da Lei no 7.713, de 22 de dezembro de 1988;***

***II – regulados pela Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).***

***§ 1o*** *A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas.*

***§ 2o*** *Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.*

***§ 3o*** *Concedida a prioridade, essa não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite ou do companheiro em união estável.*

***§ 4o*** *A tramitação prioritária independe de deferimento pelo órgão jurisdicional e deverá ser imediatamente concedida diante da prova da condição de beneficiário.*

***Estatuto do Idoso (Lei 10.741 de 2003)***

***Art. 71.*** *É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.*

**DA JUSTIÇA GRATUITA**

Requer à V. Ex<sup>a</sup>. Seja deferido o benefício da Gratuidade de Justiça, com embasamento na lei 1.060/50, com alterações introduzidas pela lei 7.510/86 e no Código de Processo Civil de 2015, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

*Segundo o Código de Processo Civil de 2015:*

***Art. 99.*** *O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.*



*§ 1o Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.*  
*§ 2o O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.*  
*§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.*

### **DA SITUAÇÃO FÁTICA**

A requerente é viúva de **JOSUÉ BEZERRA DA SILVA** portador do CPF nº 068.580.904-87 e RG nº 215.174 SEDS/PB, falecido em 08/02/2018, vítima de acidente de trânsito, ocorrido em 01/02/2018, pelas 13:00 horas, nas imediações da ENERGISA, no Bairro do Cristo Redentor, na Rua Engenheiro Agrônomo Álvaro Ferreira (rua paralela à BR-230), nesta capital, onde, ao conduzir sua bicicleta, foi atingido por uma motocicleta e socorrido para o Hospital de Emergência e Traumas, Senador Humberto Lucena e após permanecer internado por vários dias, veio a falecer no dia 08 de fevereiro de 2018, conforme Laudo médico acostado aos autos, em decorrência das lesões causadas pelo acidente automobilístico.

O acidente aconteceu durante a constância do casamento entre o falecido e a requerente, conforme prova (certidão de casamento em anexo).

Salienta-se que o direito da Autora, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, sendo lhe devido o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente e a morte.

Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteada, visto que a mesma pertence ao rol de seguradoras que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio DPVAT.

Nesse sentido, em decorrência do acidente sofrido pelo Sr. **JOSUÉ BEZERRA DA SILVA**, culminado com o óbito, a Requerente busca a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer o seu Direito.



## DO DIREITO

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determinam que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

*“Art. 2º – Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea I nestes termos:*

*Art. 20, I – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas não transportadas ou não.*

*Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;*

*Art. 4º – A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.”*

Assim, resta claro que a requerente deve ser indenizada pelo seguro, como medida de direito, visto que é cônjuge sobrevivente da vítima.

Neste sentido, vejamos nossa Jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA DPVAT - INDENIZAÇÃO POR MORTE BOLETIM DE OCORRÊNCIA IRRELEVÂNCIA JUNTADA DE DOCUMENTO HÁBIL A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O DANO ALEGADA CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO EDIÇÃO DA MP Nº 340 /2006 MERA RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA EM RAZÃO DA DEPRECIACÃO INFLACIONÁRIA RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 8771997 PR 877199-7 (Acórdão) TJPR).

EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE TER O SEU TERMO



INICIAL DE INCIDENCIA A PARTIR DA DATA DO ÓBITO VERBA INDENIZATORIA QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR NA DATA DO FALECIMENTO DA VÍTIMA RECURSOS IMPROVIDOS.(TJSP - Apelação APL 9196426172009826 SP 9196426-17.2009.8.26.0000).

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

*EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).*

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

*Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)*

Assim sendo, recorremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa.

### **DA PERÍCIA**

Deixa de requerer perícia e, conseqüentemente, de formular quesitos periciais, por motivo de óbito periciado, não havendo necessidade para tal.

### **DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, **REQUER-SE:**

Seja concedido o benefício da Justiça Gratuita por ser a requerente pobre na forma da lei;

Que haja prioridade de tramitação, uma vez que a requerente tem idade superior a 60 anos;



A citação da promovida, para apresentar defesa caso queira, sob pena de revelia, prosseguindo-se nos ulteriores termos de Direito, para no final ser a ação **julgada procedente** com a condenação da promovida ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de juros de mora, atualização monetária, custas processuais e honorários advocatícios na base usual de 20% sobre o valor total do débito e demais cominações legais.

Manifesta desinteresse na realização de audiência conciliatória, nos termos do art. 319, VII, do CPC;

Protesta provar o alegado através de todos os meios de prova em Direito admitidos, especialmente pelos documentos inclusos e prova testemunhal.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,

Pede e Espera Deferimento.

João Pessoa, 21 de janeiro de 2019.

Thayse Caroline Sales Fernandes Oshima  
Advogada – OAB/PB 24.345





## PROCURAÇÃO

### OUTORGANTE:

**TERESINHA DO NASCIMENTO BEZERRA**, brasileira, viúva, do lar, portadora do CPF nº 281.583.774-91, cédula de Identidade RG nº 720.782 – SEDS/PB, domiciliada na Rua General Pedro Gonçalves de Medeiros, 269, Bairro dos Novais, João Pessoa, Paraíba

### OUTORGADA:

**THAYSE CAROLINE SALES FERNANDES OSHIMA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB sob o nº 24.345 e no CPF sob o nº 099.909.744-03, com endereço situado em Rua Antônio Alves Bezerra, Residencial Príncipe de Marsala, nº 70, Apt. 205, Ernesto Geisel, João Pessoa, Paraíba, CEP: 58075-408, com endereço eletrônico: thayseoshima.adv@gmail.com.

**PODERES:** A outorgante nomeia a outorgada sua procuradora, conferindo-lhe os poderes da cláusula “ad judicium” e “ad extra”, conjunta ou separadamente, para representá-la em juízo ou fora dele, outorgando-lhe ainda os especiais poderes de concordar, acordar, confessar, discordar, desistir, transigir, firmar compromissos, reconhecer a procedência do pedido, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, receber valores e levantar alvarás judiciais extraídos em nome dos outorgantes, requerer falências e concordatas, imputar a terceiros, em nome dos outorgantes, fatos descritos como crimes, arguir exceções de suspeição, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica e substabelecer com ou sem reserva os poderes conferidos pelo presente mandato.

João Pessoa – PB, 15 de janeiro de 2019

*Teresinha do Nascimento Bezerra*

Outorgante



## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

### DECLARANTE:

**TERESINHA DO NASCIMENTO BEZERRA**, brasileira, viúva, do lar, portadora do CPF nº 281.583.774-91, cédula de Identidade RG nº 720.782 – SEDS/PB, domiciliada na Rua General Pedro Gonçalves de Medeiros, 269, Bairro dos Novais, João Pessoa, Paraíba

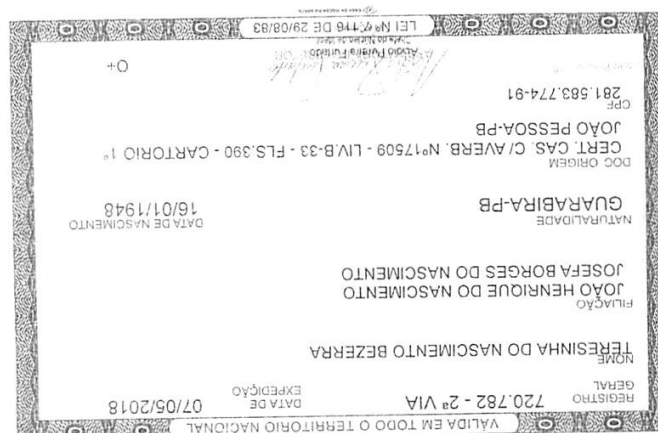
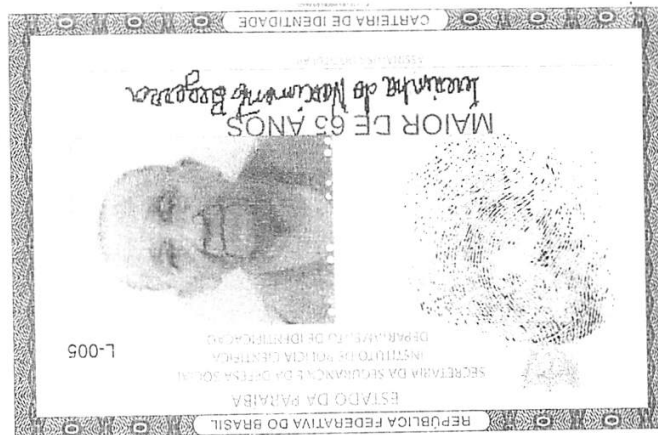
A declarante afirma, com fins de pleitear os BENEFÍCIOS DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA, previstos no inciso LXXIV, do art. 5º da Constituição Federal, c/c parágrafo único, do artigo 98 e ss da lei nº. 13.105/2015 que é pobre nos termos da lei, na acepção da palavra e desta forma não pode dispor de condições financeiras para arcar com as despesas processuais.

João Pessoa, 15 de janeiro de 2019

*Teresinha do Nascimento Bezerra*

Declarante







**TEREZINHA DO NASCIMENTO BEZERRA**  
RUA GAL PEDRO GONCALVES DE MEDEIROS, 269 - OITIZEIRO  
JOAO PESSOA / PB CEP: 58088-770 (AG. 1)

Emissao: 29/11/2018 Referencia: Nov / 2018

Classe/Subcls: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO Br230, Km25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680

Roteiro: 18 - 2 - 531 - 280 Nº medidor: 00008873570

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 016.350.448

Cód. para Déb. Automático: 00005149695

Atendimento ao Cliente **ENERGISA 0800 083 0196**

Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a

Nov / 2018

Apresentação

29/11/2018

Data prevista da  
próxima leitura

31/12/2018

CPF/ CNPJ/ RANI

281.583.774-91

Insc. Est.:

**UC (Unidade Consumidora):**

**5/514969-5**

**Canal de contato**

- Exercício de apresentação da Reserva 2018 de 10 a 14 de dezembro de 2018.

Reservista, apresente-se na sua Organização Militar.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
30/10/18	2392	29/11/18	2392	1	0	30

**Demonstrativo**

CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa/	Valor Base Calc	Aliq.	ICMS(R\$)	Base Calc	Pis(R\$)	Cofins(R\$)
		Tributos Total(R\$)		ICMS(R\$)	ICMS	Pis/Cofins(R\$)		(0,9440%)	(4,3483%)
0801	Custo de Disponibilidade	18,11	0,00	0	0,00	18,11	0,17	0,79	
0801	Adic. B. Vermelha	0,05	0,00	0	0,00	0,05	0,00	0,00	
0801	Adic. B. Amarela	0,30	0,00	0	0,00	0,30	0,00	0,01	
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0804	JUROS DE MORA 10/2018	0,03	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	
0805	MULTA 10/2018	0,38	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	
0905	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 10/2018	0,02	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	

CCI	Código de Classificação do Item	TOTAL	18,89	0,00	0,00	18,46	0,17	0,80
Média últimos meses (kWh)		<b>VENCIMENTO</b>	<b>TOTAL A PAGAR</b>					
			<b>R\$ 18.89</b>					





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do  
Município e Sede da Comarca de João Pessoa  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOMES:

\*\* Josué Bezerra da Silva \*\*  
\*\* Teresinha Borges do Nascimento \*\*

MATRÍCULA:

\*\* 068700 01 55 1985 2 00033 390 0017509-67 \*\*

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CÔNJUGES

Josué Bezerra da Silva, nascido no dia vinte e dois de julho de mil novecentos e cinquenta (22/07/1950), João Pessoa, PB nacionalidade brasileira, filho de Manoel Bezerra da Silva e de Clarice Bezerra da Silva.\*\*\*

Teresinha Borges do Nascimento, nascida no dia dezesseis de janeiro de mil novecentos e quarenta e oito (16/01/1948), Guarabira, PB nacionalidade brasileira, filha de João Henrique do Nascimento e de Josefa Borges do Nascimento.\*\*\*

DATA DO REGISTRO DO CASAMENTO POR EXTENSO

VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E CINCO

DIA	MÊS	ANO
25	02	1985

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS \*\*\*

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

ELE: Continua a usar o MESMO NOME. \*\*\*

ELA: Passou a usar o nome de Teresinha do Nascimento Bezerra. \*\*\*

OBSERVAÇÕES

À margem consta uma anotação sobre o falecimento do nubente Josué Bezerra da Silva, ocorrido em 05/02/2018, conforme óbito lavrado no 11º Cartório de RCPN, desta Comarca. NADA MAIS.\*\*\*

Selo Digital de Fiscalização Normal Tipo B: AGL74952-K0Z0

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Valor do Ato: R\$ 18,12



CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0

Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP: 53030-000 - www.azevedobastos.not.br - Tel: (33) 3244-5404 - Fax: (33) 3244-5164

Reconheço por semelhança a assinatura de RUBEVÂNIA CRISTINA COSTA DOS SANTOS

à qual confere o padrão registrado nessa serventia, dou fé.

João Pessoa, 09 de Fevereiro de 2018

Em Teste da verdade.

MARCELO TROMBEO DE OLIVEIRA - Escrivão (Oid: 1 - Total: R\$ 12,13)

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal B: AGL74723-CHN8

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

O conteúdo da certidão, é verdadeiro. Dou fé.

João Pessoa, nove de fevereiro de dois mil e dezoito

Rubevânia Cristina Costa dos Santos  
Escrivente

CEP 58030-000 - João Pessoa/Paraíba

Tel.: +55 (33) 3244.5404 \* <http://www.cartorioazevedobastos.not.br> \* E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

**JOSUÉ BEZERRA DA SILVA**

CPF

068.580.904-87

MATRÍCULA:

072249 01 55 2018 4 00118 175 0047992 13

SEXO Masculino	COR Branca	ESTADO CIVIL E IDADE Casado, 67 anos
NATURALIDADE João Pessoa, Paraíba	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CPF/MF Nº 068.580.904-87, RG Nº 215174 SEDS/PB	ELEITOR Sim

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA  
Filho de MANOEL BEZERRA DA SILVA e de CLARICE BEZERRA DA SILVA. Residência do falecido: RUA GENERAL PEDRO GONÇALVES DE MENEZES nº 269, OITIZEIRO, João Pessoa, Paraíba

DATA E HORA DE FALECIMENTO  
Cinco de fevereiro de dois mil e dezoito, às 17h30min.

DIA 05	MÊS 02	ANO 2018
-----------	-----------	-------------

LOCAL DE FALECIMENTO  
NO HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA, VINDO DO IML, NESTA CAPITAL, João Pessoa-PB

CAUSA DA MORTE  
HEMATOMA SUBDURAL E CONTUSÃO CEREBRAL, FRATURAS DE CRÂNIO, TRAUMATISMO CRÂNIO ENCEFÁLICO (MORTE VIOLENTA POR ACIDENTE)

SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO NO CEMITÉRIO SÃO JOSÉ, NESTA CAPITAL	DECLARANTE GLORICOZIDILHA BEZERRA FONTES, RG Nº 3046847 SEDS/PB, CPF/MF Nº 062.969.824-45, profissão AUTONOMA, estado civil casada, residente RUA GENERAL GONÇALVES DE MENEZES, 269, OITIZEIRO, NESTA CAPITAL, filha do falecido
---	---

NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MÉDICO(S) QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO  
DRª FRANCISCA DEVINA S DE MELO, CRM 3272

AVERBAÇÕES / ANOTAÇÕES A ACRESCER  
Declaração de óbito nº: 25899838-5. Ato registrado no livro C-118, às folhas 175 sob o nº 47992. Data do registro: 7 de fevereiro de 2018. Data do óbito: 5 de fevereiro de 2018. Profissão do falecido: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Data de nascimento do falecido: 22 de julho de 1950. Era eleitor. O falecido era casado com TEREZINHA DO NASCIMENTO BEZERRA aos 25/02/1985, em João Pessoa-PB, Livro B 33, folha 390, nº 17509. O FALECIDO DEIXA DOIS FILHOS DE NOMES: GLEBIA BEZERRA DO NASCIMENTO E GLORICOZIDILHA BEZERRA FONTES E NÃO DEIXA BENS. Não constam averbações à margem do termo.

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
RG	215174	06/05/2011	SEDS/SDS/PB	

\* As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigida pelo órgão solicitante.

Nome do Ofício  
Serviço Registral Marques Costa - 11º Ofício  
Oficial Registrador  
Cláudia Cristina Lima Marques  
Município / UF  
João Pessoa-PB  
Endereço  
Av. Cruz das Armas, 3142, Sl. 02, Ed. Planalto Center, Func. 1, CEP:  
58087-000 - Telefax: (81) 3233-5600  
E-mail: cartoriomarquescosta@gmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
João Pessoa-PB, 7 de fevereiro de 2018.

Selo digital AF117262-VJ21

Consulte a autenticidade em

<https://selodigital.tjpb.jus.br/>

*Cláudia Cristina Lima Marques*

CARTÓRIO MARQUES COSTA

11º Ofício

Assinado eletronicamente por: THAYSE CAROLINE SALES FERNANDES

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

596752 B







**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

**Nº 10146.01.2018.1.00.401**

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 10146.01.2018.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 15:10 horas do dia 26 de dezembro de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvea Neiva Almeida, matrícula 1560913, e lavrado por Liélia Moraes da Silva, Escrivão de Polícia, matrícula 1557149, ao final assinado, compareceu **Terezinha Nascimento Bezerra**, CPF nº 281.583.774-91, RG nº 720782 SSDS/PB, nacionalidade brasileira, estado civil casado(a), identidade de gênero feminino, profissão Pensionista, filho(a) de Josefa Borges do Nascimento e João Henrique do Nascimento, natural de Guarabira/PB, nascido(a) em 16/01/1948 (70 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua General Pedro Gonçalves de Medeiros, Nº 269, complemento casa, bairro Oitizeiro, tendo como ponto de referência Em Frente a Cagepa das Mares, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98145-7115.

**Dados do(s) Fatos:**


Local: Rua Engenheiro Agrônomo Álvaro Ferreira, Próximo a Energisa, João Pessoa/PB, bairro Cristo Redentor; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 01/02/18 12:10h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 302: HOMICÍDIO CULPOSO.**

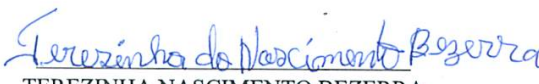
**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

Que o seu esposo estava montado em uma bicicleta, pedalando na rua Engenheiro Agrônomo Álvaro Ferreira, bairro Cristo Redentor, nesta capital(rua paralela a BR-230, no sentido Cristo Redentor/bairro Oitizeiro, quando um motoqueiro colidiu com o seu esposo que foi arremessado ao chão. Relatou que ele foi socorrido pelo SAMU(certidão nº 802/032) para o hospital de TRAUMAS DA CAPITAL onde foi atendido e internado, mas depois de quatro dias ele faleceu no referido hospital(certidão de óbito nº 07224901552018100118175004799213 e laudo médico expedido pelo médico Ewerton Noronha Teixeira, CRM:2516/PB).

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fê.

João Pessoa/PB, 26 de dezembro de 2018.

  
JOSÉ SAULO ARAUJO NEGREIROS  
Agente de Investigação

  
TEREZINHA NASCIMENTO BEZERRA  
Noticiante

Procedimento Policial: 10146.01.2018.1.00.401





SAMU  
**192**  
REGIONAL JOÃO PESSOA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA  
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA - SAME



SAMU  
**192**  
REGIONAL JOÃO PESSOA

CNPJ 08.806.754/0015-40  
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA  
Av. Diógenes Chianca, 1777  
Água Fria - CEP 58053-900  
João Pessoa - PB

## DECLARAÇÃO

O SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, inscrito sob CNPJ: 08.806.754/0015-40, atendendo o requerimento nº 802/032, **DECLARA** para os devidos fins, que consta em nossos registros, sob protocolo: 1969241, o atendimento pré-hospitalar realizado pela referida instituição ao paciente **JOSUE BEZERRA DA SILVA** idade 67 anos, vítima de Acidente de Trânsito (Colisão moto x bicicleta) no dia 01/02/2018, na Rua Paralela da BR 230, nas proximidades do Parque de Exposição, Bairro: Cristo - João Pessoa - aproximadamente às 12:10 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

João Pessoa, 08 de Fevereiro de 2018.

Jefferson da Rocha Augusto  
Estatístico  
CREI 5ª Região: 10171

Jefferson da Rocha Augusto  
Matrícula: 67.105-6  
Coordenação do SAME  
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA

Rua: Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - CEP: 58053-900 - João Pessoa - PB  
Fone SAME: (83) 3218.9125 / 3218.9125









GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE MEDICINA LEGAL  
GERÊNCIA EXECUTIVA DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL  
GERÊNCIA OPERACIONAL DA CENTRAL DE PERÍCIAS MÉDICA E ODONTOLÓGICA LEGAL

C: 78318

## LAUDO TANATOSCÓPICO

Dr. Fábio de Almeida Gomes, Gerente executivo / João Pessoa atendendo a solicitação expedida da(o) Central de Flagrantes de nº 66E/2018 datada de: 05/02/2018, designou um(a) Perito(a) Oficial Médico-Legal para proceder o exame cadavérico no corpo que nos foi apresentado como sendo de: JOSUE BEZERRA DA SILVA, Nacionalidade: Brasileira, Estado civil: Casado, 67 anos, natural de: João Pessoa/PB, sexo: Masculino, Raça/cor: pardo. filho/a de: Manoel Bezerra da Silva e Clarice Bezerra da Silva, residente na Rua Gal. Pedro Gonçalves de Menezes, nº. 269, Oitizeiro, João Pessoa/PB, descrevendo com verdade, e com todas as circunstâncias, o que encontrar, descobrir e observar e, bem assim responder aos quesitos no final formulados.

Histórico – Ocorrência policial: Vítima de acidente de trânsito.

Histórico: Disse a Sra. Glebia, filha da vítima, que no dia 01/02/2018 por volta das 12h00min recebeu uma ligação dizendo que seu pai foi vítima de uma colisão de uma motocicleta, quando em ocasião a vítima vinha conduzindo uma bicicleta em frente ao Parque de Exposição no Cristo, sendo levado para o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, falecendo no dia de hoje, às 17h30min.

Exame realizado em: 06/02/2018 às 08:15h.

### I - INSPEÇÃO EXTERNA:

Cadáver de sexo masculino, de cor parda, de compleição física normolínea, aparentando bom estado de nutrição e de conservação; não trajando roupas, está em rigidez cadavérica e mostra livores violáceos de hipóstase em dorso; estando o cadáver em boas condições de análise. O couro cabeludo dá implantação a cabelos castanhos entremeados por fios grisalhos e não apresenta sinais externos de violência. Pálpebras suturadas caracterizando procedimento de doação de córneas. Dos condutos auditivos, das narinas e da boca não surge secreção. Exame Odonto Legal em anexo. Ausência de lesões violentas dignas de notas periciais em pescoço, genitália externa e dorso. Face: placa de escoriação em região fronto-temporal direita e equimose em região frontal. O pescoço não permite a execução de movimentos anormais. Tórax: feridas punctiformes para acesso venoso em região infra clavicular direita. Abdômen: equimose arroxçada no flanco esquerdo. Membros superiores: escoriações no cotovelo direito, região deltoideana direita, cotovelo e pé esquerdos. Membros inferiores: escoriações nos joelhos e pé esquerdo.

### II - INSPEÇÃO INTERNA:

CAVIDADE CRANIANA: Feita uma incisão bi-mastoidea, rebatido o escalpo, foi constatado: infiltrado hemorrágico na face interna dos retalhos à esquerda e a abóbada craniana apresenta traço de fratura em osso temporal esquerdo. Retirada a calota craniana, a perita observou acentuada contusão cerebral e hematoma subdural temporo-parietal esquerdo. Removida a dura-máter, a base do crânio apresenta-se com traço de fratura em andar médio e posterior à esquerda. CAVIDADE TÓRACO-

1/2




**ABDOMINAL:** Feita incisão fúrculo-pubiana, dissecados os planos músculos-cutâneos das paredes e retirado o plastrão condro esternal verificam-se fraturas em arcos costais à esquerda e hepatização dos lobos inferiores dos pulmões. Na cavidade abdominal verifica-se fígado amarelado e endurecido. Exames complementares: Não houve. Terminada a necropsia e após a reconstituição do cadáver, passa a perita a responder aos quesitos:

**RESPOSTAS AOS QUESITOS:**

- 1 - SE HOUVE MORTE? SIM.
- 2 - QUAL A CAUSA DA MORTE? HEMATOMA SUBDURAL E CONTUSÃO CEREBRAL / FRATURAS DE CRÂNIO / TRAUMATISMO CRÂNIO ENCEFÁLICO.
- 3 - QUAL O INSTRUMENTO OU MEIO QUE PRODUZIU A MORTE? AÇÃO CONTUNDENTE.
- 4 - SE FOI PRODUZIDA POR MEIO DE FOGO, VENENO, EXPLOSIVO, ASFIXIA, TORTURA OU OUTRO MEIO INSIDIOSO OU CRUEL? PREJUDICADO.

E para constar foi exarado o presente laudo que segue devidamente rubricado e assinado pela perita anteriormente nomeada.

CERTIDÃO  
CERTIFICADO que a presente cópia CONFERE COM A VIA ORIGINAL do laudo nº 03.01.01.022018.03297, emitido em 03/01/2019, por Dr(a) FRANCISCA DIVINA SILVEIRA DE MELO, Perito Oficial Médico-Legal, inscrita no CRM nº 078.463-0, em 21/01/2019, às 21h14min09s, no sistema de assinatura eletrônica, sob o nº 19012221123612300000018262587, e que a presente cópia foi autenticada e verificada, sob o nº 19012221123612300000018262587, em 22/01/2019, às 21h14min09s, no sistema de assinatura eletrônica, sob o nº 19012221123612300000018262587.

  
Dr(a).Francisca Divina Silveira de Melo  
Perito Oficial Médico-Legal  
Mat:078.463-0 CRM 3272/PB





GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE MEDICINA LEGAL  
GERÊNCIA EXECUTIVA DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL  
GERÊNCIA OPERACIONAL DA CENTRAL DE PERÍCIAS MÉDICA E ODONTOLÓGICA LEGAL  
C: 78318 Laudo nº: 03.01.01.022018.03297

## LAUDO TANATOSCÓPICO Secção de Odontologia

Data do exame: 06/02/2018 Hora do exame: 08:15

Órgão Requisitante: Central de Flagrantes. Nº da Solicitação: 66E/2018. Autoridade Solicitante: Juvanira Holanda Linhares. Nome: JOSUE BEZERRA DA SILVA, 67 anos, Filho de: Manoel Bezerra da Silva e de: Clarice Bezerra da Silva. Sexo: Masculino. Estado civil: Casado. Nacionalidade: Brasileira. Natural de: João Pessoa/PB. Profissão: Ignorado.

### DADOS CARACTERÍSTICOS:

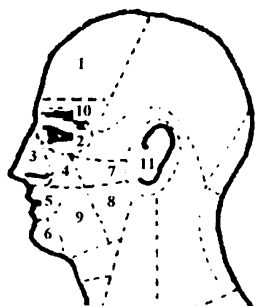
Rosto: redondo. Sobrancelhas: retas. Pálpebras: fechadas e suturadas. Íris: prejudicado. Cor: parda. Pupilas: prejudicado. Conjuntivas: prejudicado. Nariz: mesorrino. Boca: média. Lábios: finos. Arco senil: prejudicado. Barba: não tem. Bigode: não tem. Sinais Particulares: não tem.

D								Dentes Permanentes								E							
18	17	16	15	14	13	12	11	21	22	23	24	25	26	27	28								
48	47	46	45	44	43	42	41	31	32	33	34	35	36	37	38								
						H	H	H	H	H	C												

D					Dentes Decíduos					E					Códigos				
55	54	53	52	51	61	62	63	64	65										
85	84	83	82	81	71	72	73	74	75										

- - Restauração
- O - Cárie
- X - Extração
- RR - Resto radicular
- A - Ausente
- H - Hígido

*Johnane*



#### REGIÕES DA FACE

- |                |                               |
|----------------|-------------------------------|
| 1 ) FRONTAL    | 7 ) ZIGOMÁTICA                |
| 2 ) ORBITÁRIA  | 8 ) MASSETERINA               |
| 3 ) NASAL      | 9 ) BUCINADORA                |
| 4 ) GENIANA    | 10 ) PALPEBRAL OU SUPERCILIAR |
| 5 ) LABIAL     | 11) PRÉ-AURICULAR             |
| 6 ) MENTONIANA |                               |

#### DESCRIÇÃO DO EXAME:

O cadáver apresenta equimose violácea associada a discreto edema em região orbitária direita, próximo à comissura palpebral direita. Mostra ainda duas equimoses avermelhadas em região frontal e duas placas de escoriação sendo uma em região geniana e a outra em região fronto-temporal, ambas do lado direito. As pálpebras estão suturadas devido à enucleação dos globos oculares para transplante de córnea, o que prejudica a análise de algumas características faciais.

*Milena Norões Viana*  
 Dr(a). Milena Norões Viana  
 Perito Oficial Odonto - Legal  
 Mat: 156.296-7 CRO 2757/PB

CERTIFICADO  
 O presente documento foi emitido em 26 de dezembro de 2018.  
 O presente documento foi emitido em 26 de dezembro de 2018.  
 O presente documento foi emitido em 26 de dezembro de 2018.  
 O presente documento foi emitido em 26 de dezembro de 2018.





## LAUDO MÉDICO

### INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE JOSUÉ BEZERRA DA SILVA  
DADOS DE NASCIMENTO 22/07/50  
NOME DA MÃE CLARICE BEZERRA DA SILVA

### DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º 1.059.802  
Nº PRONTUÁRIO 106.926  
DATA DO ATENDIMENTO 01/02/18  
HORA DO ATENDIMENTO 13:04  
MOTIVO DO ATENDIMENTO ATROPELAMENTO  
DIAGNÓSTICO (S) FRATURA TEMPORAL + CONTUSÃO TEMPORAL E + HEMORRAGIA SUBDURAL AGUDA TEMPORO-PARIETAL + HEMORRAGIA SUBARACNOÍDE TRAUMÁTICA + PNEUMOENCÉFALO + PNEUMONIA + PARADA CARDÍACA  
CID 10 S 02.1 + S 06.3 + S 06.5 + S 06.6 + S 06.9 + J 15 + I 46.9

### AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste hospital vítima de atropelamento (colisão moto x bicicleta), trazido pelo SAMU, apresentando TCE, encontra-se contido com desorientação, agitação psicomotora intensa, escoriações pelo corpo, sem fornecer informações conexas. Glasgow 4/5. Avaliado pela equipe médica da urgência/emergência.

### EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TC do crânio  
TC da coluna cervical  
TC da coluna lombo-sacra  
RX do tórax - AP  
RX da bacia - AP  
USG do abdome - FAST

### TRATAMENTO:

Fratura temporal + contusão temporal E + hemorragia subdural aguda temporo-parietal + hemorragia subaracnóide traumática + pneumoencéfalo à TC. Realizado internamento e tratamento conservador pela equipe da Neurocirurgia. Obteve suporte da Clínica Médica e solicitado vaga na Terapia Intensiva. Apresentou complicações por patologias prévias e infecção associada e parada cardíaco-respiratória, tendo feito manobras de ressuscitação sem sucesso chegando à óbito.

ALTA HOSPITALAR: 08/02/2018 ÓBITO às 17:30 hs  
DATA DA EMISSÃO: 04/05/18

DR. EWERTON NORONHA TEIXEIRA  
MÉDICO - CRM: 2516

Dr. Ewerton Noronha Teixeira  
CRM: 2516/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



Segue em anexo, petição inicial e demais documentos.





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**1ª Vara de Fazenda Pública da Capital**

**PROCEDIMENTO COMUM (7) 0802201-85.2019.8.15.2001**

**DECISÃO**

**Vistos etc.**

TERESINHA BORGES DO NASCIMENTO ajuizou a presente demanda em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A e MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. .

É o breve relato. **DECIDO.**

Compulsando os autos, observo que este juízo não possui competência para processar e julgar a causa, uma vez que não insere no rol da competência das Varas da Fazenda, como se observa no art. 165 da LOJE.

Ademais, pelo endereçamento da petição, havia intenção de ajuizar a ação em **Vara Cível**.

ANTE O EXPOSTO, declaro-me incompetente para processar e julgar a causa e, em consequência, determino a remessa dos autos a **uma das Varas Cíveis da Capital**.

**I.**

JOÃO PESSOA, 7 de março de 2019.

**Juíza Flávia da Costa Lins Cavalcanti**







**Poder Judiciário da Paraíba**  
**3ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0802201-85.2019.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Compulsando aos autos, verifico que não foi juntado aos autos o requerimento administrativo formulado pela autora junto à seguradora, não havendo prova da resistência à pretensão autoral que justifique a presente demanda.

Assim, por se tratar de documento essencial à propositura da lide, intime-se a parte autora para trazer aos autos prova do requerimento na via administrativa, sob pena de não restar configurado o interesse processual, em 15 (quinze) dias.

JOÃO PESSOA, 29 de maio de 2019.

Juiz(a) de Direito





**Poder Judiciário da Paraíba  
3ª Vara Cível da Capital**

**Processo nº 0802201-85.2019.8.15.2001**

**AUTOR: TERESINHA BORGES DO NASCIMENTO**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**

**SENTENÇA**

COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE PRÉVIO REQUERIMENTO DO SEGURO PERANTE A PARTE PROMOVIDA. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. INDEFERIMENTO DA INICIAL. JULGAMENTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

Diante da ausência de demonstração do interesse processual para propor a ação, outra solução não há senão o indeferimento da petição inicial, com o consequente julgamento do feito sem análise do mérito.

**I – RELATÓRIO**

TERESINHA DO NASCIMENTO BEZERRA, devidamente qualificada, através de advogado, ingressou com a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A representada pela MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, igualmente qualificada, pelos fatos e fundamentos a seguir delineados.

Narra a parte autora, viúva de JOSUÉ BEZERRA DA SILVA, que este foi vítima de acidente de trânsito em 01/02/2018, vindo a falecer em 08/02/2018.

Assim, requer a condenação da promovida ao pagamento da indenização devida pelo seguro obrigatório, no valor de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Ao ID 21560135, foi determinada a intimação da parte autora para juntar cópia do prévio requerimento administrativo do seguro, sob pena de indeferimento da inicial, por falta de interesse processual.

A parte não se manifestou.

Assim, vieram-me os autos conclusos.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

Da análise dos autos, verifica-se que o feito deve ser extinto sem julgamento do mérito, ante a ausência de interesse processual. Vejamos.

A doutrina ensina que o interesse de agir é requisito processual que deve ser examinado em duas dimensões: necessidade e utilidade da tutela jurisdicional. Há utilidade sempre que o processo puder resultar em algum proveito favorável ao demandante. Por sua vez, o exame da necessidade fundamenta-se na premissa de que a jurisdição tem de ser encarada como última forma de solução de conflito.

Como ensina Fredie Didier Jr. o interesse processual, no que concerne ao aspecto da necessidade, “fundamenta-se na premissa de que a jurisdição tem que se encarada como **última** forma de solução do conflito”<sup>1</sup>.

No caso vertente, verifica-se que a ausência de interesse processual, no aspecto atinente à necessidade, eis que a jurisdição não é a última forma de obtenção do seguro DPVAT.

De fato, a parte autora sequer formulou pedido administrativo, primeira conduta a ser levada a efeito para a obtenção do seguro pleiteado. Ora, se não há pedido para a concessão do benefício, não há resistência prévia da seguradora ré em conceder o pleito ora formulado, razão pela qual é desnecessária a intervenção do judiciário.

Observe-se que na situação em análise, a parte autora se valer da demanda não como última forma de satisfação do seu pedido, mas como primeira, o que é inadmissível. Assim entende o Tribunal de Justiça da Paraíba:

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE CONDIÇÃO DA AÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 557, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. - Em recentes pronunciamentos, o Supremo Tribunal Federal, revendo

posicionamento até então uníssonos, passou a entender que, em ações de cobrança do seguro DPVAT, deve o autor justificar a provocação do Poder Judiciário, demonstrando a existência de pretensão resistida, esta consubstanciada na prova do prévio requerimento administrativo. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00072798820158150011, - Não possui -, Relator DES OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO, j. em 20-01-2016)

Destarte, é nítida a falta de interesse processual da parte promovente, impondo-se ao caso o julgamento sem resolução do mérito.

### **III – DISPOSITIVO**

Ante o exposto, **INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL**, julgando o processo sem resolução do mérito, vez que ausente o interesse processual, nos termos do art. 485, I, do CPC/2015.

Condeno a autora ao pagamento das despesas processuais de sucumbência, restando suspensa a exigibilidade do débito porquanto defiro à parte o benefício da gratuidade judiciária.

Deixo de fixar condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, por não ter se instaurado o contraditório.

P.R.I.

Após o trânsito em julgado, intime-se a parte promovida para ciência da sentença (art. 331, §3º, do CPC/2015).

Em seguida, arquivem-se os autos.

[1](#) Curso de Direito Processo Civil, vol. I, Juspodivm, Salvador, 2009, pág. 197

JOÃO PESSOA, data da assinatura eletrônica.

Juiz(a) de Direito